

Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR
Reunião Ordinária Descentralizada de Abril de 2022

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 11 horas, foi iniciada a conferência dos presentes na primeira reunião ordinária descentralizada do CEAS/PR de dois mil e vinte e dois, realizada em caráter totalmente presencial. A reunião descentralizada foi realizada no Centro Cultural Vera Schubert - Av. Rio Branco, 3633 - Zona I, Umuarama - PR, 87501-130. Estavam presentes os conselheiros da sociedade civil, no segmento dos usuários: Edson Aparecido de Alencar, Alexan Carlos Goes, Cleny Thomas Maciel e Ademir Jose Santos e Laura de Azevedo. Segmento dos trabalhadores do setor: Adrianis Galdino da Silva Junior, Andressa Pires Martins, Rennan Ferreira, Jesieli Aparecida Pereira Lima e Mariza de Lourdes Novi Vieira. Segmento das entidades prestadoras de serviço: Karina Keli dos Santos Valim, Mayara de Felipe Santos, Terezinha Corrêa Maciel Barbosa e Odeneia Lucia Alberton. E os seguintes conselheiros governamentais: Larissa Marsolik, Ticyana Paula Begnini, Renata Mareziuzek dos Santos, Neuseli Bertola, Vandete Acoverde Silva, Manoel Tadeu Barcelos, Magali Socher Luiz, Porcina Elizabeth de Oliveira Souto, Márcia Valim Lemes Mattjie e Jhonathan Braghini. Após a verificação do quórum, deu-se início a abertura da Plenária com a presidente Larissa saudando à todos, juntamente com a vice-presidente Andressa. Os conselheiros do CEAS foram convidados a se sentarem ao palco na medida em que seus nomes foram chamados. Larissa salientou que esta solicitação deu-se devido à importante relação de exemplo que o CEAS é para os CMAS. E deste modo pediu que os conselheiros se apresentassem dizendo a quais macrorregionais eram pertencentes. Também salientou que: “o nosso Conselho Estadual ele é o único com essa estrutura de representatividade por macrorregião, então por isso é importante a gente trazer isso para vocês aqui. Ano que vem abrimos o processo eleitoral e as representações se darão nos três segmentos nas cinco macros do Estado.” Após as apresentações, Larissa agradeceu a todos os conselheiros presentes e anunciou a pausa para o almoço, solicitando o retorno ao local da plenária às 14h. Após o retorno do almoço a presidente Larissa Marsolik deu início à plenária destacando duas pautas prioritárias, sendo a primeira o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS e a outra, os Seminários Macrorregionais do Programa Auxílio Brasil. Salientou que no início de dezembro de 2021, o Paraná assumiu a coordenação da Regional Sul do FONACEAS e salientou que o mesmo possui uma dinâmica semelhante à reunião descentralizada, porém com a participação de um número restrito de pessoas, sendo estas os presidentes, vice-presidentes e secretários-executivos dos CEAS e CAS/DF. Explicou que o Fórum é apresentado enquanto uma instância que tem papel de articulação e também mobilização, e nós estamos renovando este papel. Contou que o FONACEAS tem como processo de trabalho documentar, na forma de carta aberta o processo de articulação entre os CEAS e CAS/DF. Alertou que próxima reunião será em Curitiba no final do mês de maio. Larissa salientou que, enquanto FONACEAS, participou de uma reunião sobre a recomposição do orçamento, que teve uma redução de 70%, nesta reunião estiveram presentes o presidente da Comissão de financiamento do CNAS, o deputado Danilo Cabral, dentre outros. Neste contexto foi trazido a importância da inserção de propostas na janela orçamentária que temos em nível Federal, para solicitação de crédito suplementar através da aprovação da PAC 383/2017, que destina 1% da receita líquida da União, para a garantia da continuidade dos serviços sociassistenciais. Deste modo, Larissa conclui dizendo que esse é o momento de enfrentar a pauta e entender a respeito da matéria, prosseguir e lutar pela aprovação desta, e depois fazermos os ajustes que se fizerem necessários. Assim, pedimos que todos os municípios discutam nas suas próximas reuniões dos CMAS, o que diz a PAC, acionando e mobilizando também os deputados de suas regiões em prol da aprovação desta proposta. Ainda a respeito do FONACEAS, a presidente Larissa informou que a vice-presidente Andressa esteve na reunião de Natal, onde foi elaborada a Carta Aberta, a carta de compromisso público de articulação dos estados para a mobilização em prol da aprovação da PAC 838/2017. Foi solicitado que a Secretária-Executiva procedesse com a leitura da Carta de Natal que dizia: A 54ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS, foi realizada nos dias 29, 30 e 31 de março de 2022, no mini auditório da Escola de Governo do Rio Grande do Norte – Avenida Salgado Filho S/N – Natal – RN. Contou com a participação de Presidentes, Vice-Presidentes, Conselheiros e Secretarias Executivas dos Conselhos Estaduais do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. A reunião também contou com a participação de representantes do Conselho Municipal de Assistência Social de Natal/RN e Rio Branco/AC. A presente reunião teve como tema norteador o debate acerca dos princípios estruturantes do Fórum e sua importância na articulação e mobilização das instâncias de Controle Social no SUAS, e no fortalecimento da Política de Assistência Social. A plenária se debruçou no aprofundamento do debate sobre Orçamento e o apoio à aprovação da PEC 383/2017, bem como na sensibilização para articulações regionais, o acompanhamento dos CEAS às Gestões Estaduais, o papel do controle Social no Auxílio Brasil, o aprimoramento do Regimento Interno do FONACEAS, além de potencializar o diálogo junto ao CNAS. A mobilização proposta pelo FONACEAS tem como escopo resistir e lutar por um controle social forte, para incidir na manutenção e qualificação do SUAS, diante de um cenário atual de retrocessos e desfinanciamento, de crise econômica, social, sanitária, ambiental e de insegurança alimentar e nutricional, agravadas pela Pandemia por COVID 19. Ressaltamos a importância do diálogo e da união das instâncias de controle social em uma articulação orquestrada para fortalecer e visibilizar a ratificação dos direitos sociais e cidadãos conquistados na Constituição Federal de 88 e referendados na Lei n. 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social. Para tanto recomendamos: - Intervir na Política de Assistência Social por meio da elaboração de nota conjunta entre os estados acerca do desmonte do SUAS e estrutura dos Conselhos; - Planejar ações conjuntas com COEGEMAS, FONSEAS e demais instâncias e atores do SUAS para o fortalecimento da Política de Assistência Social; - Articular os Conselhos Estaduais de Assistência Social – CEAS e Conselho de Assistência Social CAS/DF para mobilização pública relacionada a aprovação da PEC 383/2017; - Mobilizar e sensibilizar por meio dos CEAS/CAS, CMAS a bancada federal na aprovação da PEC nº 383/2017 que destina 1% da receita líquida para a Política de Assistência Social; - Solicitar ao CNAS uma ação junto ao Ministério da Cidadania sobre as seguintes questões: • Apresentar estudo técnico do Programa Auxílio Brasil; • Apresentar a atual estimativa de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza por Estados e Municípios; • Ratificar os CEAS/CAS e CMAS como instâncias únicas de controle social do Programa; - Solicitar ao CNAS que promova diálogo com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, acerca de possíveis violações de direitos relacionadas a dificuldade de acesso à renda, proveniente do Programa Auxílio Brasil, com destaque à primeira infância; - Divulgar manifestação de repúdio do FONACEAS, referente as alterações do Cadastro Único, considerando os prejuízos irreparáveis para a população, acerca do autocadastro e esvaziamento do papel das equipes técnicas de referência dos CRAS e entrevistadores do Cadastro Único; - Mobilizar os CEAS para acionar os candidatos ao governo dos estados e legislativo para assumir compromisso público em defesa do SUAS; - Solicitar ao CNAS que indique um conselheiro(a) para acompanhar de forma permanente e contínua os encontros e reuniões do FONACEAS; - Solicitar ao CNAS a indicação de um técnico da secretaria executiva para apoiar e capacitar as secretarias executivas dos CEAS de forma contínua; - Solicitar ao CNAS espaço em rede oficial, de modo contínuo, a publicização das matérias deste Fórum. Após a leitura da carta, a presidente informou que a Carta Aberta de Natal será publicizada já na próxima semana. A vice-presidente Andressa, faz um pedido para que as mobilizações em prol da aprovação da PAC 373/2017 seja realizada também através das redes sociais e demais formatos alternativos, visto que uma mobilização presencial em Brasília seria inviável para a maioria das gestões. Larissa ainda salienta que nosso estado estava com a maior delegação entre os estados presentes na última reunião do FONACEAS, sendo composto pela presidência, vice-presidência, secretaria-executiva, um conselheiro representante da sociedade civil e um conselheiro representante governamental. Finalizando este ponto, a presidente Larissa passou a palavra à conselheira Ticyana, qual trouxe em pauta os Seminários Macrorregionais do Programa Auxílio Brasil - PAB. Inicialmente Ticyana salientou que os seminários foram pensador a partir de uma demanda urgente dos municípios. Desta forma a estrutura descentralizada buscou atender os 399 municípios do Paraná. Ticyana salientou que os Seminários Macrorregionais do PAB tem como intuito propiciar espaços de atualização, reflexão e discussão referente às temáticas acima, destacando a necessidade do fortalecimento das ações intersetoriais na execução/gestão municipal do recente programa de transferência de renda federal implantado - PAB, abrangendo também as ações do CadÚnico, bem como apoiando os CMAS na sua atribuição de realizar o controle social do PAB, conforme estabelecido na Lei n. 14.284/2001. Considerando as possibilidades de execução, a participação de representantes dos 399 municípios e dos principais atores envolvidos na gestão/execução municipal, o seminário será realizado em 6 macrorregionais em dois dias, na seguinte ordem: Campo Mourão, 12 e 13 de abril; Cascavel, 19 e 20 de abril; Guarapuava, 26 e 27 de abril; Apucarana, 11 e 12 de maio; Maringá 23 e 24 de maio; Curitiba, 31 de maio e 1º de junho. Ticyana finalizou explicando que os municípios podem utilizar do recurso do Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Auxílio Brasil – IGD-PAB, (antigo IGD-M/Bolsa Família) para realizar o custeio da participação dos representantes municipais (deslocamento, alimentação, hospedagem). Ressaltamos ainda, que 3% do recurso do IGD-M-PAB são destinados ao Controle Social, conforme normativas vigentes, assim, as despesas dos conselheiros municipais também podem ser custeadas com recursos do IGD-M/PAB. Larissa agradeceu a fala da conselheira e salientou como os gestores municipais tem sido grandes parceiros para a realização destes seminários. Dando sequência, Larissa solicitou que a minuta da Carta Aberta de Umuarama fosse espelhada ao telão para leitura, destaques e alterações necessárias. Lembrou que este esboço foi construído no decorrer da reunião, pela secretária-executiva e por alguns conselheiros. O texto inicial dizia: Carta de

Umuarama: "Fortalecimento do Controle Social e Prática Conselheira". A Reunião Descentralizada Ordinária de Abril do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, realizada nos dias 07 e 08 de Abril no auditório do Centro Cultural Vera Schubert, localizado na – Av. Rio Branco, 3633 – Zona I, Umuarama – PR, contou com a presença de cerca de 400 participantes, representando os Conselhos Municipais de Assistência Social dos municípios paranaenses, Presidente, Vice-Presidente, Secretária Executiva e Conselheiros Titulares e Suplentes do CEAS/PR, representantes dos Serviços Municipais da rede sociassistencial, representantes da bancada legislativa estaduais e municipais, representantes da Defensoria Pública, CAOPAS Assistência Social e equipes técnicas dos 22 Escritórios Regionais da SEJUF. A Reunião Descentralizada Ordinária, teve como objetivo, ampliar o alcance das reuniões do CEAS/PR, oportunizando um espaço de aprofundamento técnico e de prática conselheira, bem como assegurar uma das principais funções do Conselho Estadual que é a atuação próxima aos municípios, ampliando o debate democrático e contribuindo na discussão sobre temas de relevância. Além da realização da plenária aberta, a reunião contou com quatro momentos de palestras e debates, com temas eleitos a partir das discussões atuais que permeiam a Política de Assistência Social no Paraná e no Brasil, que foram: Programa Auxílio Brasil; Controle Social e o reordenamento de Serviços, Programas e Benefícios no contexto pandêmico e pós-pandêmico; articulação dos Fóruns regionais e municipais de usuários, entidades e trabalhadores; e demandas do INSS nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. A temática nos remete a um desafio crescente da atualidade: O fortalecimento do Controle Social frente ao processo de desestruturação dos serviços, programas e equipes de Assistência Social. Reestruturar a atuação dos conselhos e suas práticas de acompanhamento, vigilância e fiscalização neste cenário é trabalho árduo que somente obterá sucesso sendo elaborado e construído à muitas mãos, tendo como pano de fundo um profundo e amplo processo de discussão que nunca parou. Reverberando a importância do diálogo e da sintonia das instâncias de controle social, orquestradas em articulação que viabilize o fortalecimento e corroboração dos direitos sociais e cidadãos conquistados na Constituição Federal de 88 e referendados na Lei n. 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social. O CEAS, no uso de suas atribuições, juntamente com os representantes dos 399 municípios paranaenses e demais defensores da Política Nacional de Assistência Social, recomendam: A respeito da temática do Controle Social no Programa Auxílio Brasil – O papel do CMAS nos programas de Transferência de Renda... A respeito da temática de Acompanhamento dos CMAS no reordenamento de programas, serviços e benefícios frente à pandemia... A respeito da Organização de Fóruns de Sociedade Civil... A respeito dos Impactos da demanda do INSS na Proteção Social Básica. Destacamos também que o CEAS/PR se sensibiliza com... e demonstra seu apoio a ... Deste modo, diante dessas recomendações construídas de forma coletiva, enquanto agentes públicos, usuários, trabalhadores e entidades prestadoras de serviço, movidos pelo mesmo senso de defesa e veementemente contra os processos de retrocesso dos direitos sociais adquiridos sob muita luta e suor, reafirmamos nosso posicionamento em defesa da proteção social, da garantia de direitos e da promoção do desenvolvimento humano e social. Após intensa discussão entre os presentes e elaboração dos trechos faltantes em reticências, a versão final da Carta Aberta de Umuarama foi aprovada com a seguinte redação: A Reunião Descentralizada Ordinária de Abril do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, realizada nos dias 07 e 08 de Abril no auditório do Centro Cultural Vera Schubert, localizado na – Av. Rio Branco, 3633 – Zona I, Umuarama – PR, contou com a presença de cerca de 400 participantes, representando os Conselhos Municipais de Assistência Social dos municípios paranaenses, Presidente, Vice-Presidente, Secretária Executiva e Conselheiros Titulares e Suplentes do CEAS/PR, representantes dos Serviços Municipais da rede sociassistencial, representantes da Defensoria Pública e equipes técnicas dos 22 Escritórios Regionais da SEJUF. A Reunião Descentralizada Ordinária, teve como objetivo, ampliar o alcance das reuniões do CEAS/PR, oportunizando um espaço de aprofundamento técnico e de prática conselheira, bem como assegurar uma das principais funções do Conselho Estadual que é a atuação próxima aos municípios, ampliando o debate democrático e contribuindo na discussão sobre temas de relevância. Além da realização da plenária aberta, a reunião contou com quatro momentos de palestras e debates, com temas eleitos a partir das discussões atuais que permeiam a Política de Assistência Social no Paraná e no Brasil, quais foram: Programa Auxílio Brasil; Controle Social e o retomada de Serviços, Programas e Benefícios no contexto pandêmico e pós-pandêmico; articulação dos Fóruns regionais e municipais de usuários, entidades e trabalhadores e, por fim, demandas do INSS nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. A temática nos remete a um desafio crescente da atualidade: O fortalecimento do Controle Social frente ao processo de desestruturação e desfinanciamento dos serviços, programas e equipes de Assistência Social. Reestruturar a atuação dos conselhos e suas práticas de acompanhamento, vigilância e fiscalização neste cenário é trabalho árduo que somente obterá sucesso sendo elaborado e construído à muitas mãos, tendo como pano de fundo um profundo e amplo processo de discussão que nunca parou. Manifestamos ainda a preocupação quanto às alterações no programa federal de transferência de renda e no Cadastro Único para programas sociais, implantados pelo governo federal sem a participação dos outros entes federados, ferindo assim o pacto federativo e as normativas do SUAS, bem como do próprio Programa Auxílio Brasil, que prevê a execução descentralizada e participativa. Além disso institui os Conselhos de Assistência Social, como instâncias de Controle Social, porém sem nenhum diálogo, desconsiderando todas as manifestações anteriores realizadas por diferentes representações, bem como instâncias de controle de todas as ações do programa, referentes as políticas de Esporte, Segurança Nutricional e Agricultura Familiar. Também salientamos os prejuízos causados pela instabilidade dos sistemas do Cadastro Único e Programa Auxílio Brasil. Reverberando a importância do diálogo e da sintonia das instâncias de controle social, orquestradas em articulação que viabilize o fortalecimento e corroboração dos direitos sociais e cidadãos conquistados na Constituição Federal de 1988 e referendados na Lei n. 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social; O CEAS/PR, no uso de suas atribuições com ampla representação dos Conselhos Municipais de Assistência Social paranaenses e demais defensores da Política Nacional de Assistência Social, recomendam: A respeito da temática do Controle Social no Programa Auxílio Brasil – O papel do CMAS nos programas de Transferência de Renda: • Mobilizar as diversas instâncias de controle social para o monitoramento dos impactos relacionados a implementação das mudanças do Programa Federal de Transferência de Renda (Programa Bolsa Família para Programa Auxílio Brasil) e Cadastro Único, incluindo os processos de revisão, averiguação cadastral e fiscalização; • Solicitar ao Governo Federal melhoria aos sistemas relacionados ao CadÚnico e PAB, visando reduzir os prejuízos causados pela inoperabilidade dos sistemas; • Solicitar ao Governo Federal apresentação dos estudos que embasaram a alteração do Programa Federal de Transferência de Renda e do Cadastro Único, incluindo a criação do App CadÚnico que desconsidera a não inclusão digital dos usuários e fragiliza a relação entre usuários e profissionais do SUAS. A respeito da temática de Acompanhamento do reordenamento de programas, serviços e benefícios frente à pandemia: • Mobilizar os conselheiros para participação ativa nos CMAS, acompanhando e apropriando-se dos debates e discussões, a partir da percepção de que são agentes públicos; • Articular ações junto aos Conselhos de Assistência Social sobre a viabilidade de implantação de adicionais a fim de reconhecer o direito a insalubridade aos trabalhadores da assistência social, bem como normatização de planos de cargo, carreiras e salários, em conformidade com o estabelecido na política de gestão do trabalho do SUAS; • Reivindicar junto às gestões municipais, estaduais e federal, a retomada dos serviços, programas e projetos de assistência social que foram paralisados, bem como o fortalecimento necessário para atender adequadamente as demandas sociais geradas a partir da pandemia do COVID-19; • Fomentar junto aos CMAS a realização de diagnóstico e a análise dos dados sobre as mulheres vítimas de violência atendidas e em demanda reprimida, com o objetivo de fortalecer o serviço e garantir a visibilidade das violações de direito; • Solicitar ao CNAS que promova ações de sensibilização e recomendação aos gestores municipais, quanto a realização de concursos públicos e contratação de trabalhadores do SUAS; • Solicitar ao CNAS revisão da normatização relacionada ao quadro de equipes de referência do SUAS nas esferas municipais, estaduais e federal, bem como fiscalização sistemática e contínua; • Fortalecer a importância do controle social com ações de mobilização e capacitação continuada, dos conselheiros de Assistência Social e Fóruns da Sociedade Civil, com financiamento público; • Mobilizar os conselhos de classe (GRESS, CRP e OAB) e CIB, para a garantir as equipes de referência nos equipamentos sociassistenciais, conforme preconiza a NOB/RH; • Articular ações junto aos Conselhos de Assistência Social para mobilização de gestores e demais atores do SUAS objetivando a construção de estratégias locais, bem como a pauta de Gestão do Trabalho em âmbito estadual e federal, para a criação e disseminação de conteúdos sobre saúde mental dos profissionais, a fim de aprofundar as ações de cuidado e atenção. A respeito da Organização de Fóruns de Sociedade Civil: • Realizar uma assembleia para fomentar e implantar os fóruns de usuários com apoio dos Conselhos de Assistência Social, demais fóruns existentes com assessoramento dos gestores; • Fomentar a implantação dos fóruns de trabalhadores do SUAS com apoio dos Conselhos de Assistência Social e demais fóruns existentes; A respeito dos Impactos da demanda do INSS na Proteção Social Básica: • Encaminhar um Ofício ao Governo Federal com indicativo institucional para dialogar sobre os fluxos de trabalho do INSS; • Articular uma reunião entre o CEAS com o Ministério Público Federal, Defensoria Pública e AOB com objetivo de apresentar os impactos na Política de Assistência Social pelas demandas da previdência social para que sejam adotadas as medidas judiciais cabíveis; • Sensibilizar os técnicos dos equipamentos da Proteção Social Básica e demais equipamentos e serviços que realizam atendimento de demandas previdenciárias sobre as etapas necessárias para validação pessoal do usuário quando este não possuir acesso, de fato, aos meios digitais e internet, para resguardarem-se ética e juridicamente; • Acionar os conselhos profissionais para posicionamento, colaboração e apoio à manifestação do CEAS quanto aos impactos da absorção dos atendimentos previdenciários no SUAS; Inferimos sobre a urgente necessidade de efetivação do CapacitaSUAS para garantia da qualificação e aperfeiçoamento das equipes de referência, conselheiros de controle social do Estado do Paraná e gestores municipais. Destacamos também que o CEAS/PR repudia o processo de atendimento digital em substituição aos atendimentos presenciais, bem como a exclusão digital para população vulnerável, tal como o processo de autocadastramento no Cadastro Único e no Meu INSS. Deste modo, diante dessas recomendações construídas de forma coletiva, enquanto agentes

públicos, usuários, trabalhadores e entidades prestadoras de serviço, movidos pelo mesmo senso de defesa e veementemente contra os processos de retrocesso dos direitos sociais adquiridos sob muita luta e suor, reafirmamos nosso posicionamento em defesa da proteção social, da garantia de direitos e da promoção do desenvolvimento humano e social. Reafirmamos o nosso compromisso coletivo com o Sistema Único de Assistência Social, como espaço democrático de participação, controle social e proteção social a todos e cada paranaense. A presidente Larissa salientou que a Carta Aberta ainda passaria por uma revisão gramatical antes de ser publicizada e que caso alguém necessitasse realizar alguma alteração, que não interferisse no conteúdo referendado, deveriam fazer já na próxima semana, encaminhando à secretaria-executiva do CEAS/PR. A cerimonialista Aliny convidou ao palco a Secretária Municipal de Assistência Social de Umuarama, senhora Adnetra dos Prazeres e o Chefe do Escritório Regional de Umuarama, senho Francisco Bochi para subir ao palco. Fazendo um agradecimento especial, a presidente Larissa salientou o grande empenho e parceria que ambos tiveram para com a realização desta reunião descentralizada. Os convidados agradeceram a escolha do local para a região e frisaram o empenho do Conselheiro Alexan para trazer a reunião para a cidade de Umuarama. Larissa finalizou parabenizando os companheiros de luta que ficaram até o final da plenária, salientando que se nos propomos a viajar e estar aqui, de fato temos que fazer isto até o final, para garantirmos a participação. O comportamento de evadir-se descaracteriza a incidência feita junto aos gestores municipais quanto a garantia da participação dos conselheiros dos CMAS nas reuniões. Salientou ainda que nós precisamos fortalecer o processo de mudança de nossa cultura quanto à participação nos espaços de construção e mobilização. A vice-presidente Andressa encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, especialmente dos expectadores no canal do Youtube da SEJUF, que acompanharam os dois dias de reunião. Esta Ata foi elaborada por Thamiris Guerra, Secretária-Executiva do CEAS/PR.